

A APROPRIAÇÃO DO RURALISMO PEDAGÓGICO E A MATERIALIDADE DA ESCOLA RURAL NO ESTADO DE SERGIPE (1947 – 1951)

THE PEDAGOGICAL RURALITY APPROPRIATION AND THE RURAL SCHOOL MATERIALITY IN THE STATE OF SERGIPE (1947 – 1951)

*Rony Rei Nascimento SILVA¹
Ilka Miglio MESQUITA²*

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo compreender a apropriação do pensamento ruralista no estado de Sergipe por parte de políticos e educadores, bem como as transformações da materialidade da escola rural, no arco temporal que compreende 1947 – 1951. Assim sendo, tomamos como fonte os relatos orais de cinco professoras aposentadas. Chegamos até elas por intermédio do projeto de pesquisa “Memória Oral da Educação Sergipana”. Para realizar as entrevistas, utilizamos a metodologia da História Oral, seguimos as experiências realizadas por Alberti (2012). Também tomamos enquanto fontes: Mensagens de Governadores do estado, publicações da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), a obra “Educação em Sergipe” de Nunes Mendonça, publicações de Acrísio Cruz, fotografias, entre outros. Por fim, podemos considerar que a apropriação do ruralismo pedagógico em Sergipe, sobretudo pelas inovações da materialidade escolar, se embarraram nas permanências e resistências que estiveram relacionadas à forma como os sujeitos escolares recepcionaram das proposições ditadas oficialmente, uma vez que houve tensões entre as normas impositivas do Estado e a ação dos sujeitos, mediadas pelas condições de um e de outro dentro do processo de renovação escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Ruralismo pedagógico; Escola rural; Materialidade escolar.

ABSTRACT: This present work has as a goal to understand the appropriation of the politicians and educators’ rural thinking in the state of Sergipe, as well as the transformation of the rural schools’ materiality in the time that comprises from 1947 - 1951. Therefore, we considered as sources the oral reports of five retired professors that were found through the research project Memória Oral da Educação Sergipana. To accomplish these interviews we used the Oral History method, following the experiments made by Alberti (2012). We also used, among other things, as sources Messages from the state’s Governors, publications from the Revista Brasileira de Pedagogicos (RBEP), the work Educação em Sergipe from author Nunes Mendonça, Acrísio Cruz’s publication and photographs. Lastly, we can consider that the pedagogical rurality appropriation in Sergipe – above all by the innovations of school materiality – bump into the continuities and resistance that were once related to the way in which the school subjects welcomed the officially dictated propositions, once there were tensions between the state’s imposing rules and the subject’s actions, mediated by the conditions of one another inside the school renovation process.

KEYWORDS: Pedagogical Rurality; Rural school; School materiality.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), com bolsa CNPq. Endereço eletrônico: rony-social@hotmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora PPG I da Universidade Tiradentes (Unit). Endereço eletrônico: ilkamiglio@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a apropriação do pensamento ruralista no estado de Sergipe por parte de políticos e educadores, bem como as transformações da materialidade da escola rural, no arco temporal que compreende 1947 – 1951.

Assim, a investigação proposta parte de projetos de pesquisa conjuntos, colaborações e intercâmbios liderados pela Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza nos seguintes projetos: História da escola primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930 – 1961); História da escola primária rural no estado de São Paulo (1931 – 1968); Circulação de referenciais estrangeiros, iniciativas do Poder Público e cultura escolar e Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: PR, SP, MG, RJ, MS, MT, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX) (SOUZA, 2010; 2013; 2016).

Assim sendo, tomamos como fonte os relatos orais de cinco professoras aposentadas. Chegamos até elas por intermédio do projeto de pesquisa Memória Oral da Educação Sergipana. Para realizar as entrevistas, utilizamos a metodologia da História Oral, seguimos as experiências realizadas por Alberti (2012). Também tomamos como fontes: Mensagens do governador José Rollemberg Leite³, Anuários Estatísticos do IBGE, Relatórios Anuais, publicações da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) de Robert King Hall⁴, Diários Oficiais, a obra Educação em Sergipe⁵ de Nu-

³ José Rollemberg Leite (1912-1996) nasceu em Riachuelo em 19 de setembro de 1912. Formado em Engenharia pela Escola de Minas em Ouro Preto, em Minas Gerais. Exerceu as atividades profissionais de engenharia, aliando-as com as de professor concursado do Ateneu, onde assumiu as cadeiras de Física e Matemática. Foi Diretor do Departamento de Educação e de Estradas e Rodagens. Com a redemocratização de 1945 aliou-se no Partido Democrático Social (PSD). Disputou e venceu a eleição de 1947, de modo que governou Sergipe em duas ocasiões: de 1947 a 1951 e de 1975 a 1979. Em ambas deu uma significativa contribuição à educação, criando escolas de nível médio e superior, criando o ensino rural, levando ao interior as licenciaturas de curta duração, ampliando, enfim, a presença do Poder Público estadual, instrumentalizada para oferecer o ensino universalizado. A este respeito, ver Barreto (2007).

⁴ O professor norte-americano Robert King Hall foi um mestre de renome da Columbia University. Especialista em Educação Comparada, trabalhou no pós-Segunda Guerra, em missões culturais, financiado pelo governo norte-americano, com o objetivo de estudar os sistemas educacionais de diversos países, na Ásia e América do Sul. A colaboração desse professor, como a de outros especialistas americanos com experiência em educação rural, era parte dos acordos assinados entre Brasil e Estados Unidos. Tal relação esteve atrelada desde 1945, quando os governos brasileiros e americanos assinaram o acordo que criou a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). Robert King Hall também era formado em Direito e Linguística, tendo estudado nas universidades de Michigan e Harvard. Sabia falar português e espanhol fluentemente, chegando a escrever textos e relatórios nestes idiomas. Voltado para a área da educação, Robert King Hall buscou, durante sua carreira, realizar pesquisas em diversos países, para conhecer de perto seus sistemas educacionais e organização dos mesmos. Em todos os países pelos quais passou, desenvolveu vários trabalhos, palestras e estudos, sendo convidado, por diversas vezes, a colaborar com reformas educacionais empreendidas pelos governos locais. A esse respeito, ver Ávila (2013) e Cunha (2015).

⁵ Educação em Sergipe, obra publicada em 1958, foi resultado de uma encomenda do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) que necessitava de um levantamento acerca da escola, professor e aluno primário, bem como da organização administrativa da educação em Sergipe. Entendendo que o objeto da programação do Inep era o conhecimento das tendências, recursos e práticas educacionais nas diferentes regiões do país, Nunes

nes Mendonça⁶, publicações de Acrísio Cruz⁷, fotografias, entre outros. Ao analisarmos esses documentos, estabelecemos um diálogo entre teoria e evidência, nos termos de Thompson (1981). Ele nos alertou: “Não a voz do historiador, e sim a sua (dos fatos) própria voz, mesmo que o que podem ‘dizer’ e parte de seu vocabulário sejam determinados pelas perguntas feitas pelo historiador” (THOMPSON, 1981, p. 40).

Partimos do pressuposto de que as iniciativas do Estado brasileiro em fazer expandir a escola primária rural estavam longe de representar, pura e simplesmente, o posicionamento de alguns políticos. Tal movimento estava intencionado em construir um novo homem e uma nova sociedade por intermédio da escola rural. Para tanto, foi veiculado no estado de Sergipe o pensamento ruralista, que circulou, sobretudo, no discurso do governador José Rollemberg Leite.

Neste texto, o conceito de ruralismo pedagógico é definido como produto ideológico dos grupos e indivíduos (políticos, educadores e intelectuais), que nas primeiras décadas do século XX representam: “[...] interesses direta ou indiretamente relacionados com o desenvolvimento rural, demonstram preocupação com a racionalidade do quadro econômico e político nacional” (PRADO, 1995, p. 5). Ainda para fins de conceituação, o ruralismo pedagógico pode ser caracterizado:

[...] como uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que, no período em questão, formularam idéias que já vinham sendo discutidas desde a década de vinte e que, resumidamente, consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas. Estes encontram-se

Mendonça resolveu dar ao texto maior dimensão e profundidade. Tal empreendimento de pesquisa é hoje uma referência para os que se dedicam ao estudo da História da Educação Sergipana, sobretudo na década de 1950. Este trabalho amparou-se na interlocução com diversos intelectuais do Estado, nacionais e estrangeiros. Entre os vários nomes com quem dialogou constam os de Sebrão Sobrinho, Carvalho Lima Júnior, Mário Cabral, Fernando Porto, Jorge de Oliveira Neto, José Cruz, Felte Bezerra, além de Durkheim, John Dewey, William Kilpatrick, Chaparède, Ferrière, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. A este respeito, ver Souza (2000).

⁶ José Antônio Nunes Mendonça, além de escritor e jornalista, foi também professor catedrático do Instituto de Educação Rui Barbosa (IERB). Foi membro fundador do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Sergipe e deputado estadual, função que exerceu entre os anos de 1951 – 1954 tendo como pontos principais de sua atuação política o seu interesse pelas questões do funcionalismo e escola pública deste Estado. A este respeito, ver Souza (2000).

⁷ Acrísio Cruz estudioso das questões educacionais, assumiu a direção do Grupo Escolar General Siqueira aos 25 anos de idade, passando depois para o Grupo Escolar Dr. Manoel Luís, localizado na Praça da Bandeira. O professor é conhecido pelos seus estudos no campo da Psicologia e das novas concepções pedagógicas, este educador empreendeu estudos originais, apresentando-os na Segunda Reunião da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste Brasileiro, que se concretizou no período de 20 a 25 de outubro de 1940, em Aracaju. Em outubro de 1941, Acrísio deixou a direção do grupo escolar e passou a exercer o cargo de assistente técnico geral do Departamento de Educação até 1942, técnico em Educação (1943), e por cinco vezes consecutivas o cargo de Diretor do Departamento de Educação, entre os anos de 1944 e 1950. Nesse período presidiu e integrou comissões, representou o estado em organismos nacionais e internacionais. Como diretor da Instrução Pública no governo de José Rollemberg Leite, manteve contatos com especialistas do Inep, entre eles Anísio Teixeira e Murilo Braga, apoiando seus projetos de educação rural. Recebeu apoio para construção de escolas rurais e a Escola Normal Rural, depois denominada Escola Normal Murilo Braga (Itabaiana), destinada à formação de professores para o meio rural. A este respeito, ver Berger (2011).

diluídos entre o que se pôde perceber como interesses de caráter econômico das classes e grupos de capitalistas rurais ou como interesses de grupos, principalmente políticos interessados na questão urbana. Legitimando e reforçando ambas as posturas, encontram-se os intelectuais ligados à educação, estudiosos do papel da educação rural naquele momento e das características e opções que a escola deveria assumir, a fim de compartilhar o projeto abrangente do Estado Nacional. (PRADO, 1995, p. 6)

Partimos do pressuposto, de que o ruralismo pedagógico se desdobrou no estado de Sergipe como fruto desse movimento nacional, inserido na esfera política e educacional do país. O movimento reivindicava maior atenção ao desenvolvimento da extensa zona rural do país, pois acreditava-se: “[...] que seria pelo ensino rural que se fixaria a população no campo e, assim, esperava-se que por meio das escolas situadas fora dos espaços urbanos poder-se-ia conter o êxodo do campo para as cidades” (VIVIANE; GIL, 2011, p. 154).

No estado de Sergipe, a expansão das escolas primárias rurais se deu de forma mais acentuada no governo de José Rollemberg Leite (1947-1951), político filiado ao Partido Social Democrático – PSD e também da Aliança Renovadora Nacional – ARENA. Fato que Barreto (2007), historiador sergipano, considerou ser uma verdadeira revolução no ensino público primário, com a construção de mais de 200 escolas rurais por todo interior do estado. Tal processo se desenvolveu no contexto de estreitamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos no pós-Segunda Guerra. Preocupados com a possibilidade de avanço do comunismo, os Estados Unidos promoveram uma contínua aproximação com os países da América Latina. Neste sentido, a partir de 1946, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), que era um órgão do Ministério da Educação, iniciou a implantação de um projeto de expansão e melhoria do Ensino Primário Rural. Esse projeto foi elaborado na gestão do educador Lourenço Filho, porém só foi implantado na gestão do educador piauiense Murilo Braga, que esteve à frente do órgão de 1945 a 1952. Nesse período, o Inep perdeu o caráter de Instituto de Pesquisa, ao assumir o papel de Diretoria do Ensino Primário e Normal.

Por certo, não deixamos os documentos produzidos no estado de Sergipe responder por si só nossas proposições. No cenário nacional, em 1946 assumiu a posse da presidência da República Eurico Gaspar Dutra, primeiro presidente eleito pelo voto direto após o Estado Novo. Tal período foi marcado pelo término da Segunda Guerra Mundial e, no Brasil, chegara ao fim o regime “Vargas”. As iniciativas do então presidente, Eurico Gaspar Dutra, estavam norteadas pelo princípio de democratização do ensino e, sobretudo, pretendiam debelar os elevados números de analfabetos, em tempos em que as taxas indicavam uma situação preocupante. Em 1949, segundo consta em uma das mensagens de Getúlio Vargas encaminhadas ao

Congresso Nacional, “iniciou-se a construção de mais de 4.000 escolas rurais, com residências anexas para professores, (...) e, dessas escolas, mais de 1.000 se [achavam] concluídas” (DUTRA, 1947, p. 175). A reforma do ensino rural na década de 1940 foi resultado da colaboração entre o Inep e intelectuais norte-americanos que vieram para o Brasil em regime de missões culturais.

Segundo recenseamento de 1950, Sergipe contava com 644.361 habitantes, dos quais 488.792 residiam no meio rural (MENDONÇA, 1958, p. 21). A maior parte da população sergipana dedicava-se aos labores agropastoris. Segundo o Mendonça (1958), os sergipanos do meio rural: “[...] desconhecem as vantagens e benefícios da civilização, e estão entregues [sic] a sub-nutrição, os processos obsoletos e os instrumentos rudimentares de trabalho, as formas primitivas de relações econômicas da produção” (MENDONÇA, 1958, p. 61). Em 1955, no estado de Sergipe, as massas rurais atingiam 69,5% do efetivo demográfico estadual. Ainda nas palavras de Mendonça (1958), a agricultura se destacava pela plantação de algodão, orizicultura, plantação de cana-de-açúcar, pecuária, pesca arcaica e riquezas do subsolo. Vale ressaltar a relativa industrialização, que se encontrava em fase embrionária e a reforma agrária⁸, que não entrou na “pauta” do governador José Rollemberg Leite. Dito isto, caminhamos para o questionamento: Como o ruralismo pedagógico foi apropriado em Sergipe?

“PREPARADOS NO AMOR E VALORIZAÇÃO DA TERRA”: A APROPRIAÇÃO DO RURALISMO PEDAGÓGICO EM SERGIPE

Nessa escola modesta da roça... [pausa de esquecimento] Batidas de Sol ardente és do saber... que guia para a frente bendita escola rural. Não lembro mais... Atravessa lavoura florida as riquezas da pátria produz. Nossos pais vão lutar pela vida e nós vamos buscar a luz. (ELEOTÉRIO, 2013)

O hino da escola rural foi entoado pela professora Maria José de Carvalho Eleotério em tom saudosista. Tal memória, ainda que plena de esquecimentos, foi evocada quando a professora se reportou ao cotidiano da escola rural Rita Cacete, localizada no município de São Cristóvão, região da Grande Aracaju. O hino enaltece a vocação agrícola do Brasil e coloca a escola primária rural enquanto propulsora do desenvolvimento econômico e social, por isso é categórico para fazer uma análise sobre o ruralismo pedagógico.

Os ruralistas acreditavam eminentemente na vocação agrícola do país e na necessidade de uma escola específica para tal designação. Segundo Souza e Ávila (2014), o objetivo dos adeptos do ruralismo pedagógico: “[...] era promover condições de

⁸ As lutas pela terra se intensificaram no estado de Sergipe nas últimas décadas, principalmente a partir de 1985.

permanência do homem na zona rural” (SOUZA; ÁVILA, 2014, p.17). Dentre os expoentes deste pensamento ganharam relevo os pensadores sociais Sílvio Romero⁹, Alberto Torres¹⁰ e o educador SudMennucci¹¹. Conforme seus pressupostos, a educação deveria cumprir uma importante função de subsidiar o homem no meio rural. Entretanto, foi SudMennucci quem melhor traduziu as bases do pensamento ruralista.

O ruralismo pedagógico, enquanto política de Estado, visava, sobretudo, a uma maior integração do homem à economia agropastoril: “ocasionando, de certa forma, a valorização da visão fisiocrata, na qual a riqueza tem origem na produção agrícola e, também, na tendência de colocar o Brasil em um destino econômico agropecuário” (SERGIPE, 1949, p. 29), como é possível constatar na mensagem do governador José Rollemberg Leite apresentada à Assembleia Legislativa. De acordo com a ideologia, este movimento embasava-se na crença de um país de espírito eminentemente agrícola, modelando assim, por meio da Educação, uma identidade nacional.

A ampliação e consolidação das bases do pensamento ruralista se deu com a projeção de SudMennucci, intelectual filiado à “Sociedade dos Amigos de Alber-

⁹ Sílvio Romero, nascido na então vila de Lagarto, em Sergipe, no dia 21 de abril de 1851. Era filho do português André Romero e de Maria Vasconcelos da Silveira Ramos. Aos 17 anos, em 1868, desembarcou no Recife, para estudar na Faculdade de Direito, onde já estavam alguns sergipanos, como Martinho Garcez e Tobias Barreto. Foi reconhecido folclorista, crítico literário, professor, filósofo e pensador político. Dentre as atividades intelectuais exercidas no Brasil foi promotor, deputado provincial, juiz de direito na província do Rio de Janeiro, literato, professor do Colégio Dom Pedro II. Sílvio Romero foi eleito deputado provincial e depois federal, pelo Estado de Sergipe, no governo do Presidente Campos Sales. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 18 de julho de 1914. A este respeito, ver Barreto (2007).

¹⁰ Alberto de Seixas Martins Torres, filho do magistrado Dr. Manuel Monteiro Torres e D. Carlota de Seixas Torres, nasceu em 26 de novembro de 1865, na fazenda Conceição, em Porto das Caixas, província do Rio de Janeiro. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1885. Adentrou pela trajetória política, quando foi candidato e eleito deputado estadual (1892-1893) e em seguida deputado federal (1893-1896) pelo estado do Rio de Janeiro. No ano de 1896, por intermédio do convite do então presidente Prudente de Moraes assumiu a pasta da Justiça, deixou o cargo em 1897, ano em que foi presidente do Estado do Rio, até 31 de dezembro de 1900. Reformou a instrução pública, difundiu a instrução primária, teve suas atenções destinadas para a agricultura, determinando processos científicos em seu benefício. Em abril de 1901, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Em 1914, publicou os livros *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional* e, em 1915, *As fontes da vida no Brasil*, nos quais concebia o Brasil como um país de natureza essencialmente agrária, opondo-se assim a qualquer veleidade industrialista. Seu pensamento serviu de base para o que ficou conhecido nacionalmente como Ruralismo Pedagógico. Alberto faleceu em 29 de março de 1917, na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&cid=193..> Acesso: 23 jan. 2014.

¹¹ SudMennucci (1892 – 1948). Paulista, iniciou a carreira numa escola rural, sediada em uma fazenda (1913 – 1914). Teve atuação na imprensa, na administração educacional e em várias entidades. Foi também geógrafo e historiador. Foi diretor geral do Ensino no Estado de São Paulo durante três gestões (1931 – 1932; 1933; 1943 – 1945). Seu pensamento ruralista circulou tanto em congressos, conferências, revistas da área da Educação, quanto em suas publicações nos jornais em circulação em sua época, em especial o jornal *O Estado de São Paulo*, do qual foi crítico, redator e literato. Parafraçando Vicentini e Lugli (2002), instituiu, na década de 1940, cursos de aperfeiçoamento em práticas agrícolas para professores já formados, entre outras ações. Sem dúvida, a ruralização do ensino tornou-se a tônica de seus trabalhos no âmbito educacional, constituindo o maior objetivo de sua atuação no campo pedagógico. Autor de várias obras sobre educação rural, destacamos suas ideias na obra *A crise brasileira da educação*, publicada em 1930, resultado de conferências realizadas em junho desse mesmo ano. A este respeito, ver Pereira (2011).

to Torres¹²”, também conhecido como o líder doutrinário da “cruzada ruralista¹³”. Nas palavras de Monarcha (2007) ele: “[era] sem dúvida um homem moderno de sua época, tráfegava na contramão do contagiante imaginário urbano-industrial em ascensão denominado ‘Escola Nova’, segundo ele próprio das sociedades de grande avanço industrial, porém inadequado ao Brasil agrário” (MONARCHA, 2007, p. 20). SudMennucci, em seus discursos, evidenciava um quadro de insatisfação por parte dos professores, que concebiam o ensino nas áreas rurais como uma fase inicial da sua carreira, também por parte do aluno, que não se reconhecia nos conhecimentos ensinados e nos saberes inculcados, além dos pais e da comunidade em geral, que descreditavam de um ensino deslocado da vida cotidiana. Tais aspectos geravam consequências dolorosas e a mais grave delas era justamente:

[...] a escola acaba sofrendo repulsa de todos: do mestre, que aceita como castigo inicial de sua carreira e que ela se resigna como um pesado fardo, tributo inelutável que lhe impõe as leis da instrução pública; do aluno, que a ela não se afeiçoa e menos ao mestre, enfadado pelos conhecimentos fora do ambiente que lhe ministram; do pai do aluno e do fazendeiro, enfim, porque pressentem nesse tipo de escolar um inimigo, um dissolvente social, um desagregador do núcleo porquanto o professor, diante da hostilidade do meio, aplica-lhe em revide e em represália, a campanha constante de decantar as belezas da cidade, a superioridade dos aglomerados citadinos e iludindo e envenenando as almas ignaras das crianças, acaba furtando-as às atividades agrícolas para carrear-las, como bois para o corte, para a geena das cidades. (MENNNUCCI, 1934, sp).

O pensamento ruralista reverberou no Brasil, sobretudo, no Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, sediado em Goiás, promovido pela Associação Brasileira de Educação, em 1942. A realização do congresso teve como tema a educação rural, tendo em vista a formação do homem nos moldes ruralistas. Tal congresso contou com a participação de SudMennucci e Almeida Junior¹⁴, os quais relatam teses que

¹² A ideologia ruralista circulou amplamente na “Sociedade Amigos de Alberto Torres”, entidade fundada em 1933, no Rio de Janeiro. Criada por intelectuais ligados a diversas correntes autoritárias, dentre elas o integralismo, e com núcleos regionais em Minas Gerais, Espírito Santos, Bahia, Pernambuco, Goiás e São Paulo, tinha como atividade principal o diálogo e discussão em torno dos problemas nacionais, a saber: educação rural, imigração e recursos naturais. A este respeito, ver Monarcha (2007).

¹³ A designação do termo “cruzada”, ligado ao Ruralismo Pedagógico, remete aos movimentos de libertação e salvação empreendidos pela Igreja Católica.

¹⁴ Antônio Ferreira de Almeida Jr. (1892 – 1971) foi um intelectual de expressivo destaque em vários campos de atuação: educação, direito e higiene. Trabalhou, desde 1931, como catedrático na Escola Normal de São Paulo, depois Instituto de Educação Caetano de Campos, e na Faculdade de Direito da USP, a partir de 1941. Entre 1935 e 1938 foi diretor geral do Departamento de Educação do Estado de São Paulo e, entre 1945 e 1946, foi secretário de Educação e Saúde de São Paulo. Escreveu diversos artigos e livros de interesse na área educacional e participou ativamente dos debates acerca dos rumos da educação pública no Estado, em associação aos chamados renovadores do ensino de São Paulo, sendo inclusive signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Também fez parte do grupo de intelectuais que participou da comissão de elaboração do projeto e implantação da Universidade de São Paulo, integrando o primeiro Conselho Universitário da instituição. Em âmbito nacional, entre outras atividades, participou, como relator, da comissão de estudos e elaboração da Lei de Diretrizes e Bases, em 1947, e atuou no Conselho Nacional de Educação entre 1949 e 1957. A este respeito,

enfocavam a discussão sobre educação rural. Araújo (2012), ao analisar os anais do congresso, identificou a relação entre a política educacional para as populações rurais e a instrumentalização do ensino para conter o êxodo rural e contribuir para o desenvolvimento da economia agrária brasileira.

No estado de Sergipe, encontramos nas mensagens apresentadas pelo governador José Rollemberg Leite, entre os anos de 1948 e 1951, indícios mais fortes da apropriação do pensamento ruralista, que cada vez mais tomava consistência. Partimos do pressuposto de que as práticas discursivas do governador estavam banhadas pelos ideais de civilização que circulavam em tempos em que a escola primária rural assumia no discurso político o signo do progresso. Por este viés, a escola rural passou a incorporar um papel estratégico como agente civilizador ante os valores, hábitos e práticas característicos de uma civilização industrial. Deste modo, as iniciativas do governo de José Rollemberg Leite, que se iniciou em 1947, focalizaram-se em fazer expandir a escola primária rural, pois no estado havia um alto contingente de analfabetos. O governador deu ênfase à expansão quantitativa da escola primária em seu mandato. Assim, encontramos nas páginas amareladas pelo tempo, o número de escolas construídas:

[...] 218 escolas rurais, 7 Grupos Escolas Rurais, 10 grupos escolares e duas importantes Escolas Normais Rurais. Simultaneamente levamos em consideração o necessário preparo especializado do pessoal docente. Fazer somente o prédio escolar era muita cousa, mas não o máximo. Dar alma ao ensino, tipificá-lo sob as exigências do ruralismo moderno, era o objetivo a que se visava, e para o qual convergiam tôdas as forças administrativas e técnicas do órgão educacional do Estado, que prestou relevantes serviços aos próprios sítios do Govêrno. (SERGIPE, 1951, p. 19)

As exigências do “ruralismo moderno”, que se referiu o governador na mensagem, se devem com às iniciativas, sobretudo, do Inep, órgão que foi enaltecido nas práticas discursivas: “Ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, deve Sergipe muito do que realizou. Foi um grande órgão educacional pelo que empreendeu. Houve perfeita identidade de pontos de vista entre o mesmo e Governo do Estado” (SERGIPE, 1951, p. 22). Deste modo, o ensino primário rural no estado foi marcado por uma suposta época de renovação na vida educativa dos sergipanos, pois segundo José Rollemberg Leite os números assim evidenciavam: “A rede escolar rural eleva-se ao número de 218 escolas construídas, 20 em vias de conclusão e 180 em pleno funcionamento” (SERGIPE, 1951, p. 57-58). Os excertos das mensagens mostram um discurso enaltecedor no tocante à construção de prédios escolares, onde funcionariam as escolas rurais.

Em seus escritos é evidente a tentativa de formar nos alunos a mentalidade agrícola por intermédio da escola rural, pois todo esforço empreendido na expansão

ver Viviane e Gil (2011).

da escola primária rural pretendia que: “[...] além de ler, escrever e contar, a criança aprenda a confiar nos ensinamentos e esforços empregados para fazer-se amante da terra, tornar a existência digna, pela ajuda a si própria, transformando-se num eficiente colaborador da riqueza comum” (SERGIPE, 1948, p. VIII). Na concepção dele, o país não poderia esquecer a sua vocação agrícola em detrimento das indústrias, localizadas nos centros urbanos, pois:

[...] se não podemos viver sem industrialização, por outro lado não podemos pensar sómente nela e para ela encaminhar todos os nossos esforços, abandonamos o interesse agrícola que sempre dominou em nosso país. (SERGIPE, 1950, p. 15)

O discurso enaltecedor da vida rural preconizava o afastamento quase que hostil dos centros citadinos, pois segundo o governador José Rollemberg Leite não se poderia: “[...] deixar atrair pelos centros citadinos fora de nosso Estado, ante as falsas esperanças de melhoria de salário ou mais fáceis condições de vida” (SERGIPE, 1948, p. VIII). José Rollemberg Leite é lembrado enquanto o governador que mais mobilizou recursos e tomou iniciativas pela educação rural no estado de Sergipe, talvez isso tenha ocorrido em decorrência dos investimentos nacionais e internacionais. A preocupação com a expansão da escola acompanhava o esforço de formar no povo a mentalidade ruralista, que deveria ser formada a partir da escola, pois de acordo com o governador:

[...] é nas escolas que se preparam as inteligências e as energias cívicas dos povos. Com as construções das Escolas Rurais, que se acham como marcos da mentalidade ruralista de um povo, condição necessária às possibilidades do desenvolvimento industrial do país, lançou-se um passo em nosso Estado. Pois, desde os bancos escolares, a criança vai se habituando com o trato da terra, amando-a na generosidade dos seus frutos e procurando corrigi-la quando menos ubertosa. (SERGIPE, 1949, p. XII)

E continuou nas páginas adiante...

[...] cada escola rural é um campo de trabalho onde a criança, além de lêr, escrever e contar se torne um agricultor, um industrial rurícola, ou operário rural de qualificação, perfeito conhecedor do solo e de sua produtividade, das utilidades florestais, enfim do aproveitamento das riquezas naturais da região em que vive. (SERGIPE, 1949, p. XIV-XV)

A intenção de construir uma mentalidade ruralista nas futuras gerações estava relacionada ao seu objetivo de iniciá-las no mundo do trabalho, uma vez que a escola rural foi um ponto de ação educativa destinada cada vez mais a exercer uma influência na vida socioeconômica da população sergipana, pois foi: “através da mentalidade ruralista que agitou na infância escolar de nossa terra. [...] Preparados no amor e valorização da terra, amor êsse que se fará maior através dos estudos, num maior

contacto com a natureza” (SERGIPE, 1950, p. 16-50). Para alcançar tais proposições fazia-se necessária uma política de formação de professores em consonância com o pensamento ruralista: “Ampliando êsse programa, promete-nos o Govêrno Federal, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (I.N.E.P), e ainda no corrente ano, a construção de duas Escolas Normais Rurais” (SERGIPE, 1949, p. XII). E José Rollemberg Leite continuou afirmando: “Assim, dêsses núcleos sairá, já verdadeiramente adaptado ao seu nobre mister, o professor que irá orientar a criança não só no aprendizado das letras, mas, também, nas várias atividades agrícolas” (SERGIPE, 1949, p. XII). Ainda para o referido político, o ponto integrante da mentalidade ruralista, que circulava desde o início do século XX por parte de:

[...] alguns bons brasileiros, as Escolas Rurais, dentro do modesto confôrto em que são construídas, já são um passo avançado para a estabilização do homem do campo. E essa mentalidade, que procura usufruir da terra o que ela nos pode dar, dando-lhe, em recompensa o nosso trato, o nosso cuidado, felizmente se há de fortificar com o melhor conhecimento das novas gerações. (SERGIPE, 1950, p. 15-16)

O discurso de José Rollemberg Leite circunscreveu-se no contexto das políticas educacionais como impulsionadoras de um processo de ressignificação do homem do meio rural em Sergipe e tributárias de uma lógica que, como expressão de um projeto de incorporação do estado no cenário nacional, proclamava o ruralismo pedagógico como elemento necessário para formação do homem do campo. Deste modo, têm razão as palavras de Vicentini e Gallego (2006), quando afirmaram que o pedagógico deveria estar a serviço de um projeto maior que era o desenvolvimento econômico do país, seja ele relacionado ao investimento na industrialização, seja na manutenção da agricultura. Tendo em vista esse cenário educacional e todas as iniciativas e investimentos do Estado, indagamos: Qual materialidade deveria compor as escolas rurais?

“HORTAS EXCELENTES, BOAS SEMENTES E UM MOBILIÁRIO MODERNO”: A CULTURA MATERIAL DA ESCOLA PRIMÁRIA RURAL EM SERGIPE

[...] a gente colocava aquele monte de tijolo, desses tijolinhos pequenos, pra fazer bancos pra eles. Colocava aquela tábua pra eles se sentar. Depois surgiram as carteiras duplas, mas no começo da escola rural eram de tijolos. Foi chegando muito aluno. Os bancos que tinham, não davam pra todos. (ARAGÃO, 2012)

O excerto acima, extraído das memórias da professora Maria Lima Santos Aragão, está ambientado nos anos 1950 e trata das experiências vividas enquanto professora na escola rural São Mateus da Palestina, município de Gararu, localizado no Alto Sertão Sergipano. Esta narrativa nos dá a ver alguns indícios sobre o mobiliário das escolas rurais, a tão conhecida “carteira” que, como hoje, servia para acomodar alunos e livros, nem sempre se fazia presente nas escolas situadas no meio rural sergi-

pano. No caso acima, é relatado que tijolos sobrepostos serviam de suporte para uma tábua, sendo provável que os alunos utilizassem o próprio colo para o apoio da escrita. É nesse momento histórico marcado por um conjunto de ausências de materiais, que se revela oportuno o estudo da cultura material. Na ausência dos objetos “em si”, atentamos para o que revelaram as fotografias, os documentos oficiais e as memórias das cinco professoras.

Neste sentido, entendemos a materialidade escolar enquanto componente da cultura escolar e das práticas escolares estabelecidas no exterior e no interior dessas escolas. O panorama de crise material na escola primária rural em Sergipe também foi relatado por Nunes Mendonça, tal momento é oportuno para entender a materialidade escolar, pois, “mais que nos momentos de calma, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola” (JULIA, 2001, p. 19). Segundo Mendonça (1958), a maioria das escolas primárias do interior do Estado:

[...] instaladas em casebres alugados, onde lhes falta tudo: espaço, luz, água, aeração e instalações sanitárias, não dispõem sequer do mobiliário e do material didático considerado indispensável a uma simples escola de alfabetização do passado, como seja: uma mesa e cadeira para professor, vinte e cinco carteiras bipessoais, um quadro-negro, um mapa-múndi e outro do Brasil, uma ábaco e cartas de linguagem e de Parker.

Vimos escolas isoladas que contentariam a ânsia de pobreza de Francisco de Assis. Muitas delas não possuem uma só carteira para alunos, apenas têm bancos comuns, em número insuficiente, obrigando os escolares a trazerem diariamente, para a escola, banquinhos individuais tóscos, de uso doméstico.

As escolinhas rurais, construídas com auxílio federal, mesmo assim mal construídas, em precárias condições de conservação, oferecem quase todas o mesmo aspecto impressionante de abandono e de falta de asseio. (MENDONÇA, 1958, p. 126)

Em meio às ausências anunciadas acima, materiais e utensílios escolares já conhecidos, como carteiras, mesas, birô, quadro-negro, mapa-múndi, ábaco, cartas de linguagem eram considerados enquanto novidades pedagógicas pelas escolas situadas no meio rural. Neste sentido, o que já era considerado ultrapassado se fazia inovador pela ausência e escassez. O governador José Rollemberg Leite, no ano da sua posse, retratou a escassez de carteiras escolares: “O problema de equipamento escolar era desolador em Sergipe. No começo do meu Governo havia 166 escolas primárias sem mobiliário e as crianças escreviam nos joelhos” (SERGIPE, 1951, p. 72). Vale ressaltar que no Brasil o discurso médico e pedagógico, desde o final do século XIX, já condenava a falta de mobiliário adequado à saúde do corpo.

Deste modo, a materialidade contava com carteiras anatômicas, contudo, os alunos das 166 escolas primárias apoiavam os cadernos no próprio colo, prejudicando, assim, o desenvolvimento do corpo. Para os preceitos higienistas, divulgados

em Sergipe pelo médico e Diretor da Instrução Pública Helvécio Ferreira de Andrade¹⁵ nas primeiras décadas do século XX, tal prática de sala de aula era considerada prejudicial à saúde. Segundo Castro e Silva (2011, p. 209): “Na escola, mesa e cadeira encontraram força singular que as transformaram em objetos com atuação direta na higiene do corpo, na disciplina, no conforto e na aprendizagem”. Na tentativa de melhor compreender este aspecto, ouvimos a narrativa da professora Maria Luiza Barbosa da Silva, quando professora da escola rural Sebastião Marques, município de Poço Redondo, território do Alto Sertão sergipano:

[...] na escola rural só tinha uma mesinha assim de um metro, e tudo era banco. Não tinha negócio de carteira, nem cadeira. Você botava o caderno na perna e escrevia, porque não tinha carteira pra colocar os livros e escrever. Lá perto de me aposentar foi que apareceu essas carteiras, mas era sempre em banco. Os meninos pequenos viviam se mexendo no banco sem conforto e pesado, aí virou em cima do meu pé. (SILVA, 2011)

A professora Josefina Sotero Santos Teles também narrou suas lembranças dos acentos da escola rural Pedro Gonçalves, município de Rosário do Catete:

[...] a escola rural era situada no povoado Pedro Gonçalves. O governo fazia nos povoados. Só era uma sala, que era escola polivalente. Tinha bancos, carteiras, umas carteiras que tinha antigamente. Grande, onde sentavam alunos de todos os tamanhos, grandes e menores. Antigamente os bancos eram tudo de um tamanho só, não tinha apropriado para altura dos meninos. (TELES, 2013)

Entre ausências e inadequações dos acentos escolares, o fato é que tal movimento nos mostra uma cultura escolar e das práticas educativas, uma vez que: “[...] o aparecimento, uso, transformação e desaparecimento dos objetos escolares são reveladores das práticas educacionais e suas mudanças” (SOUZA, 1998, p. 224). Deste modo, a estrutura material da escola é o *locus*, “um espaço peculiar e relevante”, que nos permite conhecer a cultura escolar pensada e praticada na escola primária rural do estado de Sergipe, entre os anos de 1947 e 1951. Segundo Souza (2007, p. 179-180): “o estudo histórico dos materiais escolares pode ser um instrumento valioso para se decifrar a cultura escolar à medida que as práticas são mediatizadas, em muitos sentidos, pelas condições materiais”. Ainda segundo a autora, também é possível entender que através da: “[...] articulação entre saberes, práticas e materiais escolares é que se concretiza o fazer pedagógico que está no cerne da compreensão do funcionamento interno da escola e de sua função no tempo e espaço sócio-histórico” (SOUZA, 2007, p. 179-180). Com este olhar, atentamos para as palavras de José Rollemberg Leite, quando fez menção ao equipamento escolar adquirido para

¹⁵ Helvécio Ferreira de Andrade foi o introdutor das ideias escolanovistas em Sergipe. Na condição de diretor da Instrução Pública, no período entre 1913 – 1918, 1926 – 1927, 1930 – 1935, ele contribuiu com a difusão dos conceitos médico-higienistas, pois este entendia higiene e educação como sinônimos de progresso. A este respeito, ver Valença (2006).

as escolas rurais por intermédio do Departamento de Educação, que:

[...] empregou todos os meios para prover as escolas de mobiliário e material didático. Essa distribuição abrangeu não só as escolas, grupos e escola normal rural, mas ainda as escolas de ensino elementar comum. Quer com os recursos próprios do Estado quer com os auxílios federais, tivemos de encarar êsse aspecto das atividades educacionais.

Felizmente tôdas as unidades escolares, exceto as creadas no fim do ano passado, estão dotadas do equipamento necessário e instrumental agrícola.

Também foi distribuído mobiliário de residência para a professora, nas escolas rurais.

Constituiu isso um grande conforto e bastante comodidade para a mestra, que, de ordinária, se distancia da sua família, para o exercício do magistério no interior, em condições de vida muito desfavoráveis. (SERGIPE, 1951, p. 72)

Em relação à base material deste projeto de escolarização rural, diversos aspectos têm nos mostrado que circularam propostas para equipar as escolas rurais com objetos e materiais didático-pedagógicos diversos, os quais subsidiariam a atuação docente. Trata-se de carteiras, bancas, quadro-negro, cavaletes, mapas, para além de um mobiliário destinado à residência do professor que, por sua vez, tinha condições de vida desfavoráveis no meio rural. O Quadro 1 traz uma relação da distribuição do mobiliário escolar para as escolas rurais, grupos escolares rurais, Escola Normal Rural Murilo Braga e residência das professoras no ano de 1951.

QUADRO 1 – RELAÇÃO DO MOBILIÁRIO ESCOLAR, DE RESIDÊNCIA E MATERIAL DISTRIBUÍDOS EM ESCOLAS RURAIS DO ESTADO

Mobiliário	Quantidade
Carteiras	2. 598
Bancas	120
Cadeiras	849
Quadro-negro	147
Cavaletes	146
Mapas	208
Mesa de jantar	149
Guarda-comidas	145
Camas	300
Colhões	300
Travesseiros	300
Guarda-roupa	148
Penteadeiras	144
Estantes	25
Bureaux	25
Grupo com 4 peças	25

Fonte: (SERGIPE, 1951, p. 73).

O quadro acima traz o mobiliário da escola rural e da residência do(a) professor(a), que se fazem oportunos para o entendimento do que o Estado percebeu enquanto importante para mobilhar a escola rural e a casa do(a) professor(a). Neste sentido, mesa de jantar, guarda-comidas, camas, colchões, travesseiros, guarda-roupa, penteadeiras, entre outros se constituíam o mínimo necessário de uma mobília para residência do(a) professor(a). Vale ressaltar que a casa para professor(a) se constituiu em uma solução política no momento, mesmo sendo um prédio funcional, deveria ser uma referência de moradia na zona rural. O mobiliário escolar prescrito como minimamente necessário para assegurar as condições básicas de funcionamento das escolas rurais, como carteiras, bancas, cadeiras, entre outros ecoaram nos discursos enquanto artefatos inovadores. Talvez esta materialidade chegasse às escolas rurais em tom de novidade, por serem escassas ou completamente inexistentes, como rememorou a professora Raimunda Alves dos Santos, sobre a disposição dos alunos na escola rural localizada no povoado Cruzeiro, município de Poço Verde, localizado no Sul sergipano, no final da década de 40: “[...] ele [pai] mandou fazer num sei quantos bancos para a escola. Os bancos de pé, tinha uma tábua, cada banco tinha quatro pés, vamos dizer. Dava pra sentar mais de seis, o restante dos alunos sentavam no chão” (SANTOS, 2013).

A presença e a ausência de tais materiais nos fazem refletir sobre a cultura escolar e as práticas escolares pensadas e produzidas no interior da escola rural. Parafraseando Batista e Galvão (2009), as mudanças no processo de produção e circulação de materiais didáticos para as escolas se relacionavam, entre outros aspectos, às transformações sofridas pelos conteúdos e saberes que deveriam ser transmitidos pela escola em cada momento de sua história. Tendo em vista que a escola rural deveria ensinar conhecimentos e inculcar condutas formadoras de uma mentalidade agrícola, consequentemente outros materiais deveriam entrar em cena na escola rural. Nas palavras do governador José Rollemberg Leite, houve:

[...] bôa distribuição de material indispensável aos serviços de agricultura, nas escolas, como: inseticidas, formicidas, fungicidas, ferramentas, instrumental agrícola, adubos químicos, sementes, além de livros técnicos e publicações diversas. Na parte instrumental agrícola foram distribuídos: regadores, unhas de revolver, canteiros, plantadores, táboas de repicagem, gadanhos, ancinhos, transplantadores, serrotes de pôda, podões, tesouras de poda, sachos, enxadões, enxadas. (SERGIPE, 1949, p. 26)

Mudam-se os tempos, mudam-se as finalidades e designações da escola. O claro objetivo de criar uma mentalidade agrícola em alunos e professor deveria ser acompanhado de transformação materiais, pois o governo não pensava uma escola rural “[...] sem preparação especial do professor, sem o instrumento agrícola à mão e a área de terra cultivável à disposição da mesma escola”, conforme José Rollemberg Leite escreveu em mensagem à Assembleia Legislativa (SERGIPE, 1950, p. 15). Deste modo, os instrumentos agrícolas nos convidam a fazer novas incursões

pelo interior da escola rural. Nas palavras de Silva (2013, p. 230): “Não são caminhos fáceis, quando se deseja um mergulho na escola pelas vias de sua materialidade como constitutiva de uma dada cultura”. Não cabe somente identificar, relacionar e nomear os ditos “objetos da escola¹⁶”, uma vez que não é suficiente para compreender o que se transmite e o que se inculca com uma dada materialidade. Neste caso, inseticidas, formicidas, adubos químicos, sementes, livros técnicos, regadores, gadanhos, podões, tesouras de poda, enxadas, entre outros, indicam um modelo e projeto pautado na criação da mentalidade agrícola. A Figura 1 e nos dar a ver Acrísio Cruz com estudantes e professoras das escolas rurais cultivando pequenas hortas com o uso de enxadas.

FIGURA 1 – FOTOGRAFIA DATADA DE 1950, MOSTRA ACRÍSIO CRUZ ACOMPANHANDO O TRABALHO DOS ALUNOS DE ESCOLA RURAL



Fonte: Acervo fotográfico do historiador Luiz Antônio Barreto.

A fotografia nos mostra alunos cultivando pequenas plantações nas escolas rurais. A foto é feita de maneira a valorizar a enxada, enquanto uma ferramenta, à época, característica do trabalho rural e agrícola. O projeto de tais escolas tipicamente rurais, segundo José Rollemberg Leite, preconizava a organização de:

[...] hortas, jardins e pomares, tornando-se partido de todas estas práticas educativas para os estudos entre as crianças, de drenagem de terreno, extinção de formiga e tudo quanto diz respeito, nos programas respectivos, à Defesa Sanitária Vegetal. (SERGIPE, 1949, p. 26-27)

¹⁶ Consideramos que cabe o registro acerca do uso da expressão “objetos da escola”. Tal termo é um artifício retórico para falar de edificações, mobiliário, materiais didático-pedagógicos e similares que, aos poucos, foram organizando a estrutura material do projeto de escolarização da infância. A este respeito, ver Silva, Jesus e Kincheski (2010).

Para execução de tal projeto, fazia-se necessária a criação de dois setores voltados às atividades técnico-rurais. Cabia a esses setores a tarefa de distribuir instrumentos agrícolas, bem como a aquisição de novos materiais, entre eles: “a) Material agrícola e adubos b) Material de defesa agrícola c) Sementes e Mudanças II a) Escrituração b) Biblioteca” (SERGIPE, 1951, p. 62). Também foram instituídos o: “Contrôle de sementes e mudas. Instrumental agrícola em trapiche e distribuição do instrumental agrícola.” (SERGIPE, 1951, p. 62). O Quadro 2 nos dá a ver as aquisições de materiais para o Serviço de Educação Rural, divididos da seguinte forma: combate às doenças e pragas e instrumental agrícola.

QUADRO 2 – MOVIMENTO DE AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ADQUIRIDOS PARA O SERVIÇO DE EDUCAÇÃO RURAL COM O AUXÍLIO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Natureza	Espécie	Quantidade	Procedência	Compra	Cooperação
a) Combate às doenças e pragas	Formicida	25 kg	Defesa Sanitária Vegetal	Sim	–
	Acotox	400 grs	Defesa Sanitária Vegetal	–	Sim
	Grammexane	200 grs	Defesa Sanitária Vegetal	–	–
	B. de Carbono	15 kg	Defesa Sanitária Vegetal	–	–
	Abolineum	2 kg	Defesa Sanitária Vegetal	–	–
b) Instrumental agrícola	Enxadas	90	Departamento de Educação	Sim	–
	Enxadões	52	Departamento de Educação	–	–

Fonte: (SERGIPE, 1950, p. 51).

Seguindo os pressupostos do projeto técnico, cada escola rural deveria ter uma horta para as práticas de agricultura, uma vez que segundo Robert King Hall: “[...] os alunos da nova escola praticam horticultura, contribuindo para modificar os hábitos de vida e a alimentação do trabalhador rural” (HALL, 1950, p. 120). Tais plantações envolviam o trabalho de técnicos agrícolas e, deste modo, não foi por acaso que o Secretário de Educação, Acrísio Cruz, e o governador José Rollemberg Leite convidaram o técnico agrícola José Ribeiro Filho para prestar assessoria e consultoria ao projeto, para ele, o projeto técnico deveria ser da seguinte maneira: “[...] cada escola, cada unidade escolar tinha uma parte de agricultura, quer dizer, exploração de hortaliças, tinha policultura, tinha silvicultura e tinha a criação de pequenos animais, aves” (RIBEIRO FILHO *apud* BARRETO, 2006, p. 185)¹⁷.

¹⁷ Na busca por melhor entender essas especificidades atentamos para uma entrevista concedida pelo professor

Foi em um clima de suposto entusiasmo que se empreendeu tal projeto de provimento de instrumental agrícola e de distribuição de mudas e sementes nas escolas rurais. Nas palavras de Robert King Hall: “Boas sementes, métodos modernos e um certo orgulho, acompanhado de cuidado, resultaram em plantações, hortas e jardins excelentes, já imitados por alguns pais de alunos” (HALL, 1950, p. 23). Contudo, ensinar aos alunos tendo em mãos enxadas e sementes não foi um processo fácil e tranquilo, uma vez que o trabalho com a terra era visto como uma atividade menor e vazia de sentido. A professora Etemízia Ramos Batista Andrade narrou sobre a resistência e menosprezo de pais de alunos e alunos com o cultivo de pequenas hortas na Escola Rural Bica dos Pintos, município São Cristóvão, território da Grande Aracaju, entre os anos de 1949 e 1950:

Quando construíram a escola rural, eu fui fazer o curso de educação rural, três meses durante as férias. Eu tive um aprendizado agrícola. Não lembro o local que eu fiz o curso, nem o nome do professor. Agora acontece que na escola rural, tinha que ensinar os alunos a plantar e os pais não gostavam. Lá nós plantávamos. Aprendia como fazer, levantar aquelas leras. Aquelas covas para plantar. Depois quando era o plantio, tinha que fazer a repicagem. Fazer o transplante. Não queriam isso. Quando eu vinha ensinar, [reproduz o diálogo entre ela e os alunos] eles diziam – “trabalhar de enxada?” – “que jeito meu filho! Aqui é uma escola rural”. Eu ensinava, mas ninguém gostava. Plantava ainda repolho, cenoura, coentro, couve. (ANDRADE, 2013)

A narrativa trazida pela professora Etemízia Ramos Batista Andrade nos faz tencionar os discursos: de um lado o discurso entusiástico de José Rollemberg Leite, Acrísio Cruz e Robert King Hall e, do outro, a resistência vivida no interior das escolas. Para continuar tencionando esses discursos, ouvimos o técnico agrícola José Ribeiro Filho quando narrou sobre as dificuldades em transformar a mentalidade arcaica da população rural: “[...] modificar a mentalidade do agricultor é difícil... porque ele se estruturava naquela prática de trabalho e vai criando conceitos e suas experiências, então, ele não aceita mudanças” (RIBEIRO FILHO *apud* BARRETO, 2006, p. 184-185). Ainda segundo o técnico agrícola: “[...] então queríamos um modelo novo, implantar com as crianças um projeto técnico, para que as crianças fossem influenciando no meio deles... levando aqueles conhecimentos, aquelas práticas nossas” (RIBEIRO FILHO *apud* BARRETO, 2006, p. 184-185). E continuou narrando...

[...] olha, o estágio da sociedade era tão pequeno que as professoras, muitas delas... Uma vez uma professora me revelou que um pai de um aluno havia estado na escola para pedir o dinheiro da mão de obra do filho na escola. O que ele estava fazendo na horta, o trabalho era aprendizagem; ele achava que aquilo era para ser

e técnico agrícola José Ribeiro Filho, à época com 80 anos, um dos colaboradores de Acrísio Cruz. A entrevista cedida a Luiz Antônio Barreto no dia 17 de junho de 2006, sobre Acrísio Cruz e as escolas rurais e outros trabalhos dele no Departamento de Educação.

remunerado. E ele levava hortaliças para casa, levava sementes, e fazia hortinhas em casa, quer dizer: isso era um trabalho de muita continuidade para que chegasse àquele objetivo da mudança, de mentalidade deles, eles próprios... que isso viria naturalmente com o desenvolvimento, sobretudo o problema fundiário que ainda hoje não foi resolvido. [...] O que era apurado financeiramente se revertia em um caixinha da escola e as hortaliças eram distribuídas também pelos alunos que também levavam para suas casas e o que sobrava era para fazer parte da caixinha da escola. (RIBEIRO FILHO *apud* BARRETO, 2006, p. 186)

Nunes Mendonça, em uma das suas viagens pelo interior do estado, em busca de compreender o funcionamento das escolas rurais trouxe as seguintes impressões:

[...] entre as escolas rurais que visitamos, figuram a de um povoado, nas cercanias da Capital.

Causou-se boa impressão, de início, a sua horta bem cuidada. Mas soubemos, logo depois, que aquilo era fruto exclusivo do trabalho do esposo da professora, que não tem outra ocupação: limitar-se a plantar e colher em benefício próprio.

Os alunos não têm participação nos trabalhos agrícolas e a aprendizagem não se realiza em conexão com as atividades do meio.

Tivemos a segunda decepção ao verificar precariedade das condições materiais e sanitárias, e a falta de aparelhamento didático da escola. E desencantou-nos, deveras, a qualidade do ensino: mera alfabetização pelos velhos processos, efetuada por uma professora mal preparada e completamente desassistida. Nenhuma atividade extra-classe. Nenhuma atividade ligada à avicultura, à apicultura ou às indústrias rurais. Nenhuma instituição escolar. Nenhuma ligação com a comunidade, que não sente o reflexo da atuação da escola. Divórcio completo entre a escola, a vida e o meio. Manifesta inoperância educativa. (MENDONÇA, 1958, p. 152-153)

A escola chegava com novas concepções de educação, moralidade, higiene, trabalho, entre outros, muitas vezes conflitantes com os hábitos da população. Por isso os ruralistas enfatizavam a necessidade de um ensino adequado ao meio no qual a escola estava inserida. Contudo, segundo Moraes (2014, p. 91), “esse ensino não poderia reproduzir o empiricismo ou o senso comum, pois essa forma de lidar com os trabalhos agrícolas já era dominada pelas populações do campo”. O problema da mentalidade da população rural se refletia na forma como a escola e seus conteúdos eram vistos. Nunes Mendonça, com a intenção de relatar a visão que a comunidade escolar tinha da escola e dos seus saberes, fez uma sondagem com os pais de alunos. Com este propósito Mendonça (1958), junto com sua equipe, entrevistou¹⁸ 249 pais de alunos, professores e alunos em cinco municípios sergipanos. O Quadro 3 é fruto da pesquisa realizada por ele e mostra os níveis de interesse por determinadas disciplinas escolares:

¹⁸ Os pais foram sorteados pelos registros da matrícula das unidades de ensino, escolhidas por sorteio e assim distribuídas: três na Capital (uma estadual, uma municipal e uma particular) e duas (uma situada na área urbana e uma na área rural) em cada um dos municípios selecionados. A este respeito, ver Mendonça (1958).

QUADRO 3 – REPOSTAS OBTIDAS POR NUNES MENDONÇA (1958)

Matérias do currículo da escola elementar a disciplinas que poderiam ser incluídas no mesmo	Importante	Pouco importante	Inúteis
Leitura	245	3	1
Escrita	243	5	1
Aritmética	239	6	4
Higiene	217	26	6
Trabalhos domésticos	202	38	9
Ciências Naturais	179	52	18
Trabalhos com ferramentas	173	51	25
Geografia	168	57	24
História	139	91	19
Desenho	131	52	66
Religião	127	94	28
Trabalhos Manuais	121	81	47
Horticultura	95	82	72
Educação Física	83	72	94
Canto e Música	51	48	150
Jardinagem	48	82	119
Apreciação Artística	38	68	143

Fonte: MENDONÇA, 1958, p. 121.

O quadro nos indica que as disciplinas relacionadas ao tripé de saberes (ler, escrever e contar) foram consideradas pelos pais de alunos enquanto importantes, em detrimento das disciplinas destinadas a formar nos alunos o apreço pelo trabalho com a terra, a exemplo de Horticultura e Jardinagem. Para Nunes Mendonça, tal realidade se deve aos seguintes motivos:

[...] a indiferença ao cultivo da terra, e até mesmo o preconceito sobre a agricultura, provavelmente justificam a relativa pouca importância atribuída à horticultura. Não se implantou ainda no povo uma mentalidade capaz de compreender que ocupações ativas. (MENDONÇA, 1958, p. 122)

A mentalidade do povo sergipano em relação à escola primária trafegava na contramão do que preconizava o Decreto-lei nº 1.058, de 31 de agosto de 1946, elaborado nos moldes da Lei Orgânica Federal do Ensino Primário (Decreto-lei nº 8.529, de 2 de fevereiro de 1946). Tendo em vista que um dos objetivos do ensino primário era propiciar a iniciação intelectual e cultural dos alunos, para além da tríade: ler, escrever e contar (BRASIL, 1946ab).

Olhando para as concepções apresentadas, nos deparamos com um denominador comum, a dificuldade em transformar a mentalidade da população rural. As ideias e iniciativas para criação da mentalidade agrícola, sobretudo pela formação de professores nas escolas normais rurais. Contudo, em todo processo de inovação existem ressonâncias do passado. Deste modo, somos levados a fazer tal asseveração pelas permanências e resistências que estiveram relacionadas à forma como os sujeitos escolares se apropriaram das proposições ditadas oficialmente, uma vez que houve tensões entre as normas impositivas do Estado e a ação dos sujeitos, mediadas pelas condições de um e de outro dentro do processo de renovação escolar. Neste sentido, se estabeleceu uma tensão permanente entre o que os intelectuais, educadores e políticos esperam da população rural e o que a população espera de si mesma e da própria escola, isso nos indica que a comunidade rural pensa e age de acordo com sua própria lógica e experiências vividas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a entrada na escola rural pelos interstícios abertos através dos documentos oficiais e narrativas de seus antigos professores proporcionaram um encontro do leitor com diversas pessoas e cotidianos, para além de apreender as especificidades que constituem as memórias e os documentos. Deste modo, são pelas peculiaridades encontradas na escola rural no estado de Sergipe que destacamos as diferenças regionais, as particularidades do estado, evitando assim o uso de Brasil enquanto um todo homogêneo.

Não podemos dizer que a educação rural tenha se apagado do debate sobre a educação primária em Sergipe no pós 1952, mas é preciso reconhecer que os pressupostos do ruralismo ganharam uma proeminência notável no governo de José Rollemberg Leite, o que implicou em iniciativas de moldar a escola primária em conformidade com o meio para a proposição de uma escola de caráter especificamente rural, ou seja, com desígnios, infraestrutura, programas de ensino e professores especializados que pudessem criar nas crianças uma nova mentalidade agrícola, isto é, o apreço pela vida rural compreendendo a importância da atividade agrícola para o desenvolvimento econômico e social do estado de Sergipe.

As ideias e iniciativas para criação da mentalidade agrícola, sobretudo pelas inovações da materialidade escolar, se esbarraram nas permanências e resistências que estiveram relacionadas à forma como os sujeitos escolares receberam das proposições ditadas oficialmente, uma vez que houve tensões entre as normas impositivas do Estado e a ação dos sujeitos, mediadas pelas condições de um e de outro dentro do processo de renovação escolar. Olhando para estas considerações, nos deparamos com um denominador comum, a dificuldade em transformar a mentalidade da população

rural. Haja vista que existia uma tensão permanente entre aquilo que a população desejava e esperava da escola e o caráter civilizador da escola. Percebemos aqui que as iniciativas de políticos, educadores e intelectuais não conseguiram alcançar o objetivo proposto, uma vez que a comunidade rural possuía suas próprias concepções em relação à escola.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. *História oral*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul./dez. 2012.
- ANDRADE, E. R. B. *Relato oral sobre sua história de vida*. Entrevista concedida a Rony Rei do Nascimento Silva. São Cristóvão, 22 fev. 2013.
- ARAGÃO, M. L. S. *Relato oral sobre sua história de vida*. Entrevista concedida a Cássia Valéria de Rezende. Gararu, 19 jul. 2012.
- ARAÚJO, J. V. P. de. *Ruralismo pedagógico e escolanovismo em Goiás na primeira metade do século XX: o Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. 217f. Tese (Doutorado) –, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, 2012.
- ÁVILA, V. P. da S. de. *História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921 – 1952): uma abordagem comparada*. 215f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2013.
- BATISTA, A. A. G; GALVÃO, A. M. de O. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. 1. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2009.
- BARRETO, L. A. *Personalidades sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.
- BARRETO, L. A. Entrevista com José Ribeiro Filho. In: BARRETO, L. A. (Org.). *Acrísio Cruz Antologia*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, p. 180-191, 2006.
- BERGER, M. A. O ensino rural e a atuação do intelectual Acrísio Cruz. *Revista da FAEEDBA*, Salvador, n. 36, p. 165-173, jul./dez. 2011.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 8.529 de 2 de janeiro de 1946a. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>>. Acesso em: 16 fev. 2018.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 1.058, de 31 de agosto de 1946b. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>>. Acesso em: 16 fev. 2018.
- CASTRO, R. X. S.; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Cultura material da escola: entram em cena as carteiras. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 39, p. 207-224, jan./abr. 2011.
- CUNHA, A. M. Notas iniciais sobre Robert King Hall e as missões culturais norte-americanas no Brasil (1940 – 1950). *Boletim Historiar*, Aracaju, n. 10, jul./ago. 2015, p. 13- 19.
- DUTRA, E. G. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República. Eurico Gaspar Dutra na abertura da sessão legislativa (1947). In: BRASIL. *A educação nas mensagens presidenciais (1890 – 1986)*. Brasília Inep, vol. 1. p. 155-163.

- ELEOTÉRIO, M. J. de C. *Relato oral sobre sua história de vida*. Entrevista concedida a Rony Rei do Nascimento Silva. Itaporanga D'Ajuda, 14 jan. 2013.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-44, 2001.
- HALL, R. K. Observações e impressões sobre o ensino rural no Brasil. *Revista brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.14, n. 38, jan./abr. 1950.
- MENNUCCI, S. *A crise brasileira de educação*. São Paulo: Piratininga, 1934. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/sudeducacao.html>. Acesso em: 23 jan. 2015.
- MENDONÇA, J. A. N. *A educação em Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina Ltda., 1958.
- MONARCHA, C. Cânon da reflexão ruralista do Brasil: SudMennucci. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí/RS: Unijuí. p. 7-21, 2007.
- MORAES, A. I. D. *Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933 – 1968)*. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciência, Marília, 2014.
- PEREIRA, M. A. F. A crise da educação brasileira: Problema da educação rural (São Paulo, década de 1930). *História da Educação - RHE*, Porto Alegre, n. 15, p. 74-99, 2011.
- PRADO, A. A. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 5-27, 1995.
- SANTOS, R. A dos. *Relato oral sobre sua história de vida*. Entrevista concedida a Rony Rei do Nascimento Silva e Laísa Dias Santos. Poço Verde. 30 nov. 2012.
- SERGIPE. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe*. Aracaju: Diretoria Geral Do Departamento de Educação. 1948. Material não publicado.
- SERGIPE. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1949, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe*. Aracaju: Diretoria Geral Do Departamento de Educação. 1949. Material não publicado.
- SERGIPE. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1950, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe*. Aracaju: Diretoria Geral Do Departamento de Educação. 1950. Material não publicado.
- SERGIPE. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe*. Aracaju: Diretoria Geral Do Departamento de Educação. 1951. Material não publicado.
- SILVA, M. L. B. da. *Relato oral sobre sua história de vida*. Entrevista concedida a Cacia Valeria de Rezende. Poço Redondo, 19 jun. 2011.
- SILVA, V. L. G. da; JESUS, C. M. de; KINCHESCKI, Ana Paula de Souza. Cultura Material da escola em mensagens presidenciais: entre o dito e o não dito (Santa Catarina –1874 a 1930). *Sæculum – Revista de História*; n. 22. João Pessoa, jan./ jun. 2010.

- SILVA, V. L. G. Objetos em viagem: discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária (Brasil e Portugal, 1870 – 1920). *Revista brasileira de história da educação*. Campinas/SP, v. 33, n. 3, p. 207-233, set./dez. 2013.
- SOUZA, R. F. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTA, Marcus Levy (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, p. 163-189, 2007.
- SOUZA, R. F. *História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930 – 1961)*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, julho 2010. Material não publicado.
- SOUZA, R. F. *História da escola primária rural no estado de São Paulo (1931 – 1968): Circulação de referenciais estrangeiros, iniciativas do Poder Público e cultura escolar*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, 2013. Material não publicado.
- SOUZA, R. F. *Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: PR, SP, MG, RJ, MS, MT, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX)*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, 2016. Material não publicado.
- SOUZA, J. E. Nunes Mendonça: um escolanovista sergipano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 1., 2000, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Educação no Brasil: História e Historiografia. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/078_josefa.pdf. Acesso em: 16 fev. 2018.
- SOUZA, R. F. *Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo, 1890 – 1910*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- SOUZA, R. F.; ÁVILA, V. P. S. As disputas em torno do ensino primário rural (São Paulo, 1931 – 1947). *História da Educação - RHE*, Porto Alegre, n. 43, p. 9-28, 2014.
- TELES, J. S. S. *Relato oral sobre sua história de vida*. Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Luzianne dos Santos. Rosário do Catete. 24 abr. 2013.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VALENÇA, C. de A. *Civilizar, regenerar e higienizar: a difusão da pedagogia moderna em Sergipe: a contribuição de Helvécio de Andrade (1913 – 1935)*. São Cristóvão. UFS. 2006.
- VICENTINI, P. P.; GALLEGOS, R. C. Escolas primárias urbanas e rurais: um estudo dos debates acerca de suas especificidades na organização do sistema de ensino paulista (1890 – 1945). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. A Educação e seus sujeitos na história. 4, 2006, Goiás, *Anais...* Goiânia, 2006.
- VICENTINI, P. P. ; LUGLI, R. S. G. Sud Mennucci (verbete). In: *Dicionário de educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Inep, 2002. p. 465-466.
- VIVIANE, M. L.; GIL, N. de L. A expansão e a eficiência da escola rural em São Paulo: atuação e posicionamentos de Almeida Jr. a partir de estatísticas oficiais. *Revista Educação*, Porto Alegre, n. 15, p. 147-170, 2011.

Recebido em: 05/12/2016.

Aprovado em: 21/02/2018.

